

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

Andrezza Lima
Fábio Melo Galdino

QUEM SÃO ELES?
Um documentário sobre a realidade de uma ocupação

Produto jornalístico

Mariana
2017

Andrezza Lima
Fábio Melo Galdino

QUEM SÃO ELES?

Um documentário sobre a realidade de uma ocupação

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha

Mariana

2017

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

L732q Lima, Andrezza Angélica
Quem são eles? [recurso eletrônico/gravação de vídeo/filme cinematográfico] : um documentário sobre a realidade de uma ocupação / Andrezza Angélica Lima.-Mariana, MG, 2017.

1 DVD-ROM (39min.); 4 3/4 pol.+ 1 monografia (43 f.).

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Habitação - Aspectos sociais - Teses. 2. MEM. 3. Ocupação urbana - Teses. 4. Monografia. 5. Política social - Teses. 6. Documentários - Teses. 7. Comunidade - Desenvolvimento - Teses. I. Galdino, Fábio Henrique Melo. II. Rocha, Adriano Medeiros da. III. Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. IV. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 316.334.54
: 15
: 1417676

Andrezza Lima e Fábio Melo Galdino

Curso de Jornalismo – UFOP

QUEM SÃO ELES?

UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A REALIDADE DE UMA OCUPAÇÃO

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha


Especialista Anderson Medeiros da Rocha


Prof.ª Dra. Karina Gomes Barbosa

Mariana, 04 de abril de 2017.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos deu forças e determinação para chegar até aqui.

Aos nossos familiares e amigos, pelo apoio e torcida incondicionais.

Aos moradores da Ocupação Paulo Freire, por permitir que contássemos as suas histórias e fizéssemos parte delas também.

Ao curso de jornalismo, UFOP e professor Adriano por dar subsídio ao nosso sonho de produzir um documentário.

A todos que estiveram conosco nos momentos de aflição e ansiedade.

Gratidão!

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo criativo e prático da construção do documentário “Quem são eles?”, filmado na Ocupação Paulo Freire, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte - MG. Pretendemos ainda explorar conceitos de identidade e comunidade, que envolvem o cotidiano e o desenvolvimento dessa ocupação em busca de legitimação, a fim de problematizar a existência desses espaços urbanos. A maior preocupação desta atividade é conhecer, documentar e apresentar uma realidade que, muitas vezes, é desconhecida e até mesmo marginalizada nas grandes metrópoles.

Palavras-chave: Ocupação; Documentário; Identidade; Comunidade.

ABSTRACT

The purpose of this study is to show the creative and practical process of “Who are they?” documentary making, recorded in Paulo Freire’s occupancy – Barreiro, Belo Horizonte. We pretend to explore identity and community concepts that evolved daily and occupancy development looking for probate, in order to problematize the existence of urban spots. The major concern is to document, know and show the reality that is often unknown and marginalized in great metropolis.

Key words: occupancy; documentary; identity; community.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. A definição da identidade em uma ocupação	10
1.1 A exclusão	12
1.2 Representatividade	15
2. Ser Comunidade	18
2.1 A importância das comunidades	21
2.2 Desafios.....	22
2.3 Desenvolvimento comunitário	23
3. Direito à moradia	25
4. Fazendo documentário	27
4.1 Etapas	28
5. Processo de produção	33
5.1 Estrutura do documentário	33
5.2 A edição	35
5.3 Conversas e histórias	36
5.4 Experiência pessoal	42
Considerações finais	43
Referências Bibliográficas	44

INTRODUÇÃO

O título *Quem são eles?* é uma provocação e o ponto de partida deste trabalho. Propomos aqui a reflexão sobre como enxergamos e tratamos o *outro*, um indivíduo que, algumas vezes, está mais próximo do que imaginamos. Aqui, o *outro* é um morador de uma ocupação urbana que sonha e luta pelo direito à moradia.

Chegamos a esse tema após várias inquietações sobre a forma como as ocupações urbanas são retratadas pela grande mídia. No geral, só entram em destaque quando sofrem ordem de despejo ou quando acontece algum confronto direto dos moradores com o poder público. Assim, pretendemos descobrir aquilo que existe por trás, que não é falado, nem noticiado.

Questionamos também quais as expectativas e problemas enfrentados pelos indivíduos que moram nessas comunidades. Nesses espaços, muitas vezes falta o básico para que as pessoas vivam com dignidade. Apurar e retratar essas realidades através de um documentário é atentar-se para histórias que poucos se propõem a escutar, mas que dizem muito sobre o modo pelo qual a sociedade se organiza e trata os menos favorecidos.

O objetivo do filme é documentar as dores, as alegrias e as lutas que marcam a vida dos moradores da ocupação Paulo Freire, localizada em Belo Horizonte. E, a partir dos relatos, oferecer subsídios para a reflexão sobre como é enfrentar essa realidade.

Nossa motivação é o desejo de dar vez e voz aqueles que, geralmente, não ganham nome nas manchetes do noticiário - no máximo, são retratados como os moradores de tal ocupação. Queremos mostrar que essas pessoas existem e possuem sonhos e dificuldades como qualquer ser humano e que, por isso, merecem uma vida com mais qualidade e dignidade.

1. A definição da identidade em uma ocupação

De acordo com Zygmunt Bauman (2005), a identidade pode ser definida como algo que todos nós temos ou buscamos ter de alguma forma e que está em constante mutação, flutuando no ar. Mudamos em função do que vivemos, das escolhas que fazemos, do ambiente em que estamos, das nossas condições sociais, entre outros motivos. A complexidade do “quem somos” se dá, também, em função da nossa diferença em relação ao outro. Bauman (2003, p.61) acredita que “a construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto e assim deve permanecer”. Neste sentido, quando identificamos o que somos, nos tornamos diferentes e completamos ainda mais a diversidade cultural do mundo.

As relações de identificação são marcadas pelas diferenças que fazem com que os indivíduos tenham experiências para trocar. Esse espectro é fomentado pelas representações simbólicas que permeiam essas relações e são comuns nos seus grupos de origem. Aquilo que identifica quem vive em determinado local é o que marca, simbolicamente, as práticas e interações interpessoais. Kathryn Woodward (2011, p.14) diz que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” num grupo. Dentro das ocupações, um dos marcadores simbólicos é a falta de estrutura (como esgoto, luz elétrica e asfalto). Essa realidade desencadeia uma série de outras consequências que alteram diretamente a vida dos moradores. Por exemplo, um dos quesitos que mais gera conflito na ocupação Paulo Freire é o banheiro comunitário. Por não possuírem rede de esgoto, todos precisam usar o banheiro da entrada da ocupação que, por vezes, fica sujo, gerando discussão e desentendimento entre os vizinhos.

Tomaz Tadeu da Silva (2011) defende que as identidades não têm, necessariamente, a ver com a definição de qual é, de fato, a personalidade de um indivíduo ou grupo, mas muito mais com as questões relacionadas a “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. De fato, para os integrantes de uma comunidade, essas questões são vitais. A luta pela moradia está diretamente ligada à forma como os ocupantes são representados. Nem todos que ocupam têm os mesmos anseios e isso é uma marca da diferença de cada indivíduo e, principalmente, de movimentos que são distintos, mas possuem características semelhantes.

De antemão, é preciso ressaltar que cada ocupação tem as suas peculiaridades e não deve, como geralmente acontece, ser enquadrada em um mesmo parâmetro de coberturas já feitas em outras ocasiões pelos grandes jornais ou pelo próprio senso comum da população.

As ocupações são, em suma, grandes espaços de descarga daquilo que o processo de desenvolvimento dos países parece fingir não existir. São o que Woodward (2011) chama de “campos sociais”, que não necessariamente precisam ter forma física, mas, neste caso, carregam uma espécie de personalidade própria e abrigam, nas terras ocupadas, os milhares de excluídos dessa lógica capitalista que domina o mundo há algumas décadas. Apesar desse contexto, as pessoas que ali estão tentam retomar todos os seus direitos para conquistar uma vida digna com moradia, lazer, saúde, educação e segurança. Essa busca é feita através de um enfrentamento direto da propriedade privada, fazendo valer um direito constitucional à moradia¹.

Enfim, as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado. (CASTELLS, 1999, p.84)

A desordem global apontada por Castells também é consequência do processo de globalização. É dessa desordem, também, que a explicação de Bauman (2005) ganha força: a ideia de identidade surge do esforço de excluir as dúvidas existentes entre o que é e o que pode ser. A ordem seria, portanto, a busca por legitimação daquilo que o indivíduo realmente é.

Durante muito tempo, o Estado usou a proposta de uma identidade nacional como uma determinação de soberania. Havia apenas um lado na história, um modo de representação, uma forma de pensar as ações do governo. Mas a globalização e o desenvolvimento a todo custo é, também, apesar dos problemas gerados pela acentuação da desigualdade social, um fator importante para a modificação desse cenário. Hoje, a pluralidade e disseminação de ideias permitem que a diversidade seja mais aparente e o processo seja completamente outro. O Estado já não tem mais o controle dos direitos econômicos e os direitos políticos que ele pode oferecer à população já são bastante restritos. Neste processo, “os direitos sociais são substituídos um a um pelo dever individual do cuidado consigo mesmo e de garantir a si

¹ Ver capítulo 3 sobre Direito à moradia.

mesmo vantagem sobre os demais”, afirma Bauman (2005, p.35), que ainda completa, lembrando que essa relação é ambígua, uma vez que o mundo “individualizado” é cada vez mais dominante.

Nas ocupações, há um processo de criação e afirmação da própria identidade com o intuito de definir quem eles realmente são e o que almejam. A sensação de pertencimento ao grupo de “ocupantes” pode ser confirmada nas ações feitas em conjunto com outras ocupações que também fazem parte do MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (exemplo: manifestações coletivas feitas no Centro de BH). Porém, as mudanças e conquistas acontecem, na medida em que são possíveis, de forma separada, dependendo da situação de cada terreno ocupado. O que se percebe é que, apesar da integração promovida pelo MLB, essas comunidades vivem um processo individual de legitimação e luta daquele espaço.

1.1. A exclusão

A exclusão é um processo que acontece como consequência das relações vividas em sociedade. Ela pode ser vista em diversas situações, que vão abranger desde minorias, como negros, deficientes e homossexuais, assim como meninos de rua, desempregados, sem teto e pobres.

Enquanto a pobreza é um desdobramento das relações históricas e estruturais de oposição entre os interesses de classes, portanto, um fenômeno econômico que se configura na questão social derivada das relações capital versus trabalho, a exclusão social se caracteriza por um conjunto de processos que se estabelecem no campo alargado das relações sociais contemporâneas (LOPES, 2006, p.124).

Zygmunt Bauman (2005) afirma que um dos elementos que o ser humano mais deve temer é a exclusão. Dentro da ocupação, percebemos que os moradores vivem excluídos de vários itens básicos de sobrevivência, tais como esgoto, lazer e segurança. Esses indivíduos não escolheram viver daquela forma, mas estão ali pela necessidade clara e urgente de sobreviver à exclusão social provocada por questões econômicas, sociais e estruturais. “Porém, mesmo submersos em áreas de sombras do modelo urbano hegemônico, esses sujeitos procuram produzir outras estratégias de superação dos processos de exclusão no próprio cotidiano” (LOPES, 2006, p.132). Essa superação pode ser demonstrada pela ação de

enfrentamento dos moradores de ocupações contra o *status quo* que os impede de conseguir uma moradia.

As realocações, as formas de tratamento que recebem tanto das autoridades quanto de outras pessoas que não conhecem o movimento, as condições sub-humanas em que vivem quando enfrentam o frio e o calor em moradias de lona e/ou madeira fina, a falta de dinheiro para comprar os alimentos necessários para vencer o dia. Todas estas intempéries podem ser classificadas como provocadoras da destruição das identidades sociais das pessoas que, por necessidade, estão em uma ocupação. A identidade social é diferente da identidade individual. Enquanto social, está ligada às relações simbólicas dos indivíduos na sociedade. Quando há a destruição dessa identidade social, há também a exclusão desses indivíduos dos círculos de convívio. Para Bauman, isso é o resultado de um processo descontrolado de globalização, que não pode e nem deve ser paralisado, mas precisa ser repensado na medida em que os sistemas dominantes de representação provocam situações como essa.

O interior de uma ocupação é repleto de elementos que compõem o que se pode chamar de sistema simbólico de reconhecimento. Lá, os moradores convivem com as semelhanças e as diferenças em relação aos que não moram na comunidade. A sensação de pertencimento é o que nutre a identidade desses indivíduos que vivenciam situações semelhantes entre eles.

Em *Identidade e Diferença* (2011), Woodward lembra uma afirmação de Stuart Hall (1997), apontando que “a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”. Dentro de ocupações a unidade criada entre os moradores e a diferença da comunidade em relação aos bairros legalizados da cidade faz com que exista uma forma de classificação do mundo muito própria daquelas pessoas. Para o antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira seria “o anseio de ter reconhecido os seus direitos - e dentre esses direitos está o de possuir uma identidade - é uma realidade que se impõe no mundo da vida como algo primordial” (2006, p.34). Este anseio, aliás, está vinculado ao sonho de possuir o que ainda não se tem. A busca pelo respeito e reconhecimento se une às necessidades materiais que cada indivíduo do grupo possui. Tudo funciona como uma espécie de lei da consequência, em que a falta de acesso aos bens mais comuns só existe porque outros direitos, como o da moradia, já foram negados em outros momentos. Essa luta, porém, deixa marcas.

Para Kathryn Woodward “a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (2011, p.14). Incorporando essa análise ao processo de ocupação desordenada em grandes centros urbanos, pode-se identificar os ocupantes como indivíduos socialmente excluídos ou à margem da sociedade. Isso cria uma espécie de ponte entre os que moram nos terrenos ocupados e os que estão nos demais bairros da cidade. Uma relação dicotômica se forma entre um e o outro, entre eles e nós ou lá e aqui, que, como afirma Woodward (2011, p.40), é característica de um sistema classificatório que dá ordem a vida social, mas segrega grupos.

O processo de globalização é mais singelo e menos evidente do ponto de vista de quem sente as consequências mais fortes do seu desenvolvimento, já que, conforme explicação de Bauman (2005), para os que não comandam o mercado financeiro restam apenas as “migalhas”. É de um sistema de interesses locais que os investidores internacionais se nutrem e endossam as vontades dos grandes mentores do capital. Basicamente, quem tem mais para investir acaba ficando sempre com mais poder de decisão sobre como designar os investimentos no mundo, enquanto os outros empresários continuam na corrida para obter êxito, mesmo que sob a sombra dos grandes barões do mercado. Esse esquema tem influência direta na distribuição de riquezas no mundo e também nas suas consequências, como a fome e a pobreza no planeta.

Ao promover a exclusão de pessoas do espaço social e criar camadas dominantes e outras menos favorecidas na sociedade, fabrica-se, intrinsecamente, o que Bauman chama de “lixo humano” (2005, p.47). As ocupações estão repletas dessas “pessoas rejeitas”, que, literalmente, não tem para onde ir. Esses locais tornam-se, antes de um lugar para morar, uma possibilidade de refúgio às ruas.

São as pessoas recentemente denominadas de “*subclasse*”: exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade - fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também um direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas (BAUMAN, 2005, p.45).

1.2. Representatividade

Stuart Hall afirma que o conteúdo promulgado pela indústria cultural não tem o poder de implantar na mente das pessoas as definições de cultura. Os indivíduos são capazes de “reconhecer como as realidades da vida da classe trabalhadora são reorganizadas, reconstruídas e remodeladas” (2003, p. 254), muito embora essa mesma indústria consiga, por meio de técnicas de seleção e repetição e apoio da mídia, impor certas definições do que é cultura ou, simplesmente, do que é bom ou popular e deve ser consumido pelas pessoas.

Em contrapartida, a construção da identidade é algo mutável e um tanto simbólica; é o que afirma Tomaz Tadeu da Silva em “Identidade e diferença” (2011), na qual ele lembra a disputa entre povos sérvios, bósnios e croatas para tentar reafirmar suas respectivas identidades que teriam sido perdidas no passado - durante a Guerra da Bósnia, no início dos anos 90. Em meio a essa disputa, que envolvia (e ainda envolve) questões religiosas e territoriais entre os três países, haviam pessoas que moravam em regiões onde suas crenças e nacionalidades não eram as praticadas pela maioria. Com o conflito, o medo de massacres provocados por intolerância religiosa tomou conta destes locais. Havia, além da guerra explícita, uma disputa por identidades sociais e, conseqüentemente, individuais. A retórica do conflito étnico, cultural e religioso é um exemplo para mostrar que - seja em grupos com crenças distintas ou como membro de uma comunidade que nasce no centro urbano brasileiro - nossas identidades vivem e são nutridas pelas diferenças que as tornam únicas. Ou seja, mesmo convivendo e compartilhando problemas e vitórias, sempre existirão conturbações provocadas pela diversidade.

Este é, então, um fator preponderante na afirmação de Hall. É o reconhecimento da própria realidade de vida das camadas mais populares da sociedade, únicas e diversas ao mesmo tempo, que funciona como fator determinante para a indústria cultural, que pode e deve dar voz às pessoas desse grupo, porém, essa mesma indústria precisa acompanhar as mudanças que o tempo provoca nas relações e definições sociais.

É importante pensar a representatividade dos integrantes de uma ocupação, principalmente, porque isso está implícito no processo de construção da identidade de determinada comunidade que vive momentos intensos e de constantes mudanças no padrão de referência comunitária e nos próprios anseios com relação ao mundo. Em um ambiente tão precário e instável, questões como as levantadas por Silva no trecho abaixo suscitam a

reflexão sobre as formas de representação social desses indivíduos, enquanto seres que buscam, como qualquer outro, uma boa oportunidade para crescer.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível àquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (SILVA, 2011, p.17-18).

Ao tentar responder essas questões, surgiram outras dezenas de perguntas (por exemplo: Como vivem? O que desejam?), várias delas em função da vulnerabilidade social enfrentada por moradores como os da ocupação Paulo Freire. Muitos não se tornaram aquilo que sempre sonharam ser e têm diversas histórias para contar sobre os percalços que impediram que isso acontecesse. Vários ainda têm projetos para o futuro, mesmo enquanto vivem o que chamam de “luta por um pedaço de chão” para sobreviver. Contudo, a resposta para a pergunta “quem eu sou?” parece ser a mais efêmera possível, porque tudo pode mudar a qualquer momento caso eles sejam expulsos do terreno que ocuparam. Há uma força intrínseca na personalidade de cada um que fomenta as identidades individuais e, conseqüentemente, a coletiva. Quem eles são depende muito de como vivem, porque o pouco que têm é tudo para sobreviverem.

Stuart Hall (2003) afirma que a cultura popular está em tensão contínua com outra cultura dominante. No caso de uma ocupação, há, nos limites da comunidade, uma cultura concebida como “forma de luta”, desenvolvida ali no processo de mudança e adaptação dos moradores. Neste sentido, é possível pensar que quem faz parte da ocupação Paulo Freire tem uma série de regras a seguir e, ao mesmo tempo, um modo de vida muito semelhante entre si. A tensão se dá com a cultura externa ao terreno ocupado, isto é, com aqueles que não fazem parte da rotina da ocupação e que, portanto, desconhecem os problemas enfrentados por eles, assim como as regras e as práticas comuns, como comemorações, atividades em conjunto e partilha de doações.

Essa relação de diferença de identidades culturais dentro de uma mesma cidade, como acaba acontecendo em função da peculiaridade da situação e da constante forma de representação marginalizada que a mídia faz desses locais, não é, entretanto, sempre ácida e

repleta de conflitos. “A luta consiste do sucesso ou fracasso em dar ao “cultural” um índice de valor socialista” (HALL, 2003, p.261), mas há, em uma ocupação, outras lutas que acontecem em paralelo e deixam esse processo automatizado. Identidade, comunidade e cultura criadas neste movimento seguem, pela força das circunstâncias, no mesmo caminho, mas sob dinâmicas diferentes. São movimentos diferentes entre si, apesar de se completarem e darem sentido uns aos outros. Neste contexto, a identidade atua como coautora da cultura formada a partir da vivência em comunidade.

2. Ser comunidade

Já nascemos seres sociais. E, por mais que nem todos tenham essa dimensão, vivemos em um mundo completamente plural. Múltiplas crenças, opiniões, culturas e classes sociais dividindo o mesmo espaço. Mas, apesar de compartilharem uma mesma extensão territorial, não formam uma comunidade. Neste contexto, há quem use a palavra comunidade como sinônimo para sociedade². Aqui seria preciso lembrar que, apesar de estar dentro de uma determinada sociedade, a comunidade ocorre a partir de laços de aproximação dos indivíduos. De acordo com Maria Luiza de Souza, a comunidade é um grupo de pessoas:

Que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (1999, p.68).

A comunidade é formada e desenvolvida, portanto, a partir de compartilhamentos de ideais. Ela pode ter origem nas diversas realidades econômicas, sociais, culturais e políticas. Mas o que impulsiona um indivíduo a se juntar a outros e formar um grupo?

Na opinião de Maria Luiza de Souza (1999), a mola propulsora de qualquer movimento comunitário é a busca por algum desejo e/ou sonho. Na comunidade, o ser tem mais oportunidade de conquistar aquilo que ele quer. Nada mais clichê que dizer que “a união faz a força”, mas esse é o ponto central do desenvolvimento do comunitarismo: “o isolamento é suspenso com a experiência coletiva da pauperização (...) a “classe em si” reconhece-se e organiza-se como classe para si” (BECK, 2010, p.123).

Geralmente, esse sonho envolve um incômodo/sofrimento: o de não pertencimento ou de ausência de alguma coisa. Para Baumam (2003), “o comunitarismo ocorre mais naturalmente às pessoas que tiveram negado o direito à assimilação. Tiveram negada a escolha – procurar abrigo na suposta “fraternidade” do grupo nativo é sua única opção” (2003, p.87). Isso quer dizer que o indivíduo pré-comunidade mantém uma vida de privação de algo essencial à sua existência e formar esse laço comunitário é uma maneira de resistir a essa condição.

² Utilizamos o termo sociedade para identificar um sistema (e não um grupo) de interações sociais, econômicas e culturais formado em determinado espaço.

Na luta pela resistência, iniciativas civis ou movimentos sociais convivem com vários riscos impostos pela sociedade. Da mesma forma que, de um lado, a comunidade luta para mudar a sua realidade, de outro, a sociedade procura manter a “ordem” e a configuração atual. Enquanto a ocupação enfrenta dificuldades com saneamento básico, legalização territorial e outros, a sociedade legitima mecanismos de burocratização e exclusão social. Em outras palavras, “Propriedade de uns implica em privação de propriedade para outros e, em decorrência, numa relação de tensão e conflito social” (BECK, 2010, p.47).

Bauman acredita que, como consequência do desenvolvimento da comunidade e da ação dessas forças, são formadas barreiras entre os “de dentro” e os “de fora”, os que “não possuem” e os que “possuem”. Isso ocorre através de uma segregação entre os “puros” e os “impuros”.

Há, porém, coisas para as quais o “lugar certo” não foi reservado em qualquer fragmento da ordem preparada pelo homem. Elas ficam “fora do lugar” em toda a parte, isto é, em todos os lugares para os quais o modelo da pureza tem sido destinado. O mundo dos que procuram a pureza é simplesmente pequeno demais para acomodá-las (BAUMAN, 1998, p.14).

Essa separação não acontece apenas com o aparecimento da comunidade, mas também como efeito das contradições sociais. Portanto, os que detém poder (econômico, político, social ou cultural) separam aquilo que é justo, puro, natural do que é inconveniente. A partir desse princípio, o que “está fora do lugar” precisa ser organizado, purificado. Portanto, a comunidade encontra nessa pressão uns dos obstáculos para sua sobrevivência e vitória.

Mas essas barreiras podem destruir ou fortalecer os laços de uma comunidade. Para Ulrich Beck “não é casual que comunidades sejam formadas no bojo de formas e experiências de protesto que se desencadeiam em reação a intervenções na esfera privada e na “vida pessoal” e desenvolvem nesse confronto sua força agressiva” (2010, p.111).

Trazendo a questão para a realidade das ocupações urbanas, podemos concretizar essa dificuldade através de vários problemas vividos por essas comunidades. O primeiro deles esbarra no poder público e na legalidade daquele espaço. O Estado busca normalizar, ou seja, retirar aquelas pessoas da propriedade ocupada que, seja privada ou pública, não pertence a elas. Desta forma, o Estado parece privilegiar o proprietário da terra em detrimento de pessoas que também estão buscando um direito básico (o da moradia).

Além disso, elas encontram desafios na aceitação por parte da sociedade, na identificação com o espaço e em várias outras questões que as impedem de conquistar a tão sonhada propriedade. E além da referida exclusão social, os moradores de comunidades ainda precisam enfrentar as dificuldades de organização e de infraestrutura nos locais de permanência. Porém, o desenvolvimento dessa comunidade vai depender muito da maneira como seus moradores lidam dia a dia com todos esses problemas. Segundo Maria Luiza de Souza, “além dos limites físicos desse espaço, a falta de condições mínimas de infraestrutura coletiva, como água, luz, esgoto (...) é sentida por todos e, como tal, facilmente passível de gerar movimentos de enfrentamento em busca de solução para tais necessidades” (1999, p.14-15). Ou seja, a comunidade pode encontrar ainda mais força para a luta no confronto diário com as adversidades através do compartilhamento das dificuldades e sonhos.

Como exemplo de luta comunitária, podemos citar o início do estabelecimento da ocupação Paulo Freire. Segundo relatos da líder comunitária Ana Cristina³, os primeiros meses foram os mais complicados, principalmente a primeira semana “porque a polícia aparecia aqui toda hora, seja para ficar olhando ou para nos confrontar”. Mas foram nesses momentos que a comunidade mais esteve unida. “Quando os policiais chegavam, o pessoal que ficava na portaria gritava e todo mundo ia correndo lá na porta para enfrentar o problema”, relata Ana. Agora que eles estão mais acomodados (muitos em casa de alvenaria) o clima já não é tão harmonioso. “Pessoal ficou muito individualista, mas agora também tudo é mais fácil”.

É preciso ressaltar que o confronto nem sempre ocorre de forma direta. A barreira pode ser sentida através de olhares tortos, negativas na procura por emprego, na dificuldade de socialização. O ser comunitário muitas vezes estreita os vínculos com os demais integrantes do grupo, mas, por outro lado, é distanciado da realidade do “mundo lá fora”.

³ Os pesquisadores desta investigação tiveram vários contatos e diálogos com a líder comunitária Ana Cristina a partir de 10 de julho de 2016.

2.1 A importância das comunidades

Provavelmente, as comunidades são formadas desde que a primeira sociedade se consolidou e as diferenças sociais se acentuaram. Porém, de acordo com Souza (1999), é na revolução industrial que a comunidade vira um fenômeno mais forte. Isso ocorre por causa de vários fatores, como a elevação das taxas de migração, crescimento natural da população, desenvolvimento desordenado das cidades e consolidação das classes sociais. Com essa realidade emergente, tornou-se necessária uma nova configuração social em contrapartida aos novos processos de produção autoritários, condições precárias de trabalho e ascensão da pobreza.

É sobretudo a partir da revolução urbano-industrial que o fenômeno comunidade vem à baila. A desintegração nas relações sociais tradicionais dos aglomerados humanos das áreas urbanas faz despertar a questão da comunidade. As relações sociais capitalistas que permeiam e conduzem a revolução urbano-industrial desestruturam as antigas relações assim como as antigas funções cristalizadas na vida de relações entre os homens e seus aglomerados. (...) A crise própria de toda esta mudança de relações chama a atenção para as necessidades de “reconstrução da pequena comunidade” (SOUZA, 1999, p.61).

A comunidade não é só um espaço de compartilhamento, mas também pode ser de reflexão sobre a estrutura social vigente e as implicações disso para todos, principalmente, aqueles com menor poder econômico e político.

Essas comunidades buscam legitimar a voz marginalizada, algo cada vez mais necessário pela acentuação da desigualdade social e do preconceito no cenário atual. O Brasil possui o terceiro país com o maior índice de desigualdade social do mundo (segundo o primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 2010), o que confirma a necessidade de consolidação da busca por melhores condições de vida. “A luta para poder comer, beber, ter habitação e vestir-se passa a ser a luta fundamental da maioria da população brasileira” (Ibid., p.83).

As comunidades, portanto, são também ferramentas de mobilização social. O indivíduo encontra ali uma forma de dar visibilidade às suas necessidades e ideologia.

Sob o ângulo dos movimentos sociais, as áreas de moradia passaram a ser áreas de mobilização e organização popular, à medida que se aguçam as contradições sociais, levando a população a um pensar e a um agir em comum diante dos problemas de consumo coletivo que enfrenta. Nessas últimas décadas as contradições sociais se aguçam à proporção que se ampliam os mecanismos de exploração capitalista (Ibid., p.14).

2.2. Desafios

Apesar da formação de uma comunidade envolver um sentimento em comum pelo qual se luta, não é o suficiente para garantir uma homogeneidade de pensamentos, opiniões e personalidades. Ser comunidade envolve conviver com a pluralidade e suas diversas formas de manifestação. Isso quer dizer que, por mais unido que um grupo seja, ele não está isento de problemas com relacionamentos interpessoais. E esse parece ser um dos grandes desafios da sustentação de uma comunidade.

Se por um lado, como dito por Bauman, “os espaços de moradia podem se tornar espaços de transformação” (1988, p.17) através da solidariedade e da comunhão, por outro, a convivência comunitária pode se tornar um problema. O modo pelo qual o grupo lida com essas questões vai, muitas vezes, determinar o sucesso ou não daquela luta. Aparentemente, o melhor caminho é o da cooperação e Bauman dá a dica de como superar esse desafio: “Nosso dever, pura e simplesmente, é ajudar uns aos outros e, assim, temos pura e simplesmente o direito de esperar obter a ajuda de que precisamos” (2003, p.8).

Para se desenvolver de forma saudável, a comunidade precisa garantir a sua própria segurança que, na opinião de Bauman, é garantida até “segunda ordem”, pois a comunidade vive um constante conflito interno e externamente. “Bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram aconchego (...) e tranquilidades comunitárias terão de passar a maior parte de seu tempo” (2003, p.19).

Além do fator interno, a comunidade precisa lidar frequentemente com a marginalização da sua essência. Como citado, a sociedade procura purificar os espaços que considera “inadequado e sujo”. Isso ocorre principalmente quando a alma da comunidade envolve alguma luta de classes. A pobreza é tratada como uma doença que precisa ser eliminada. “Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime (...). Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado” (BAUMAN, 1998, p.59).

O integrante de uma ocupação, por exemplo, muitas vezes é tratado como vagabundo, ladrão de terras. O preconceito é uma questão muito próxima a essas pessoas e ele pode ocorrer por falta de conhecimento sobre a luta e a dor daqueles. A realidade das ocupações

ainda é pouco discutida e estudada, o que dificulta o entendimento de outros com relação à função e luta desses espaços.

2.3. Desenvolvimento comunitário

Se todas essas barreiras forem ultrapassadas, a comunidade tem um grande potencial de consolidação e desenvolvimento. Lembrando que o objetivo de uma comunidade não é apenas conquistar aquilo que falta aos seus integrantes, mas é também promover uma agregação e reflexão social. Como afirma Maria Luiza Souza, “a ampliação da percepção leva a população a apreender uma diversidade de ângulos e justificativas sobre a realidade social capaz de levá-la à formulação de novo pensar sobre esta realidade” (1999, p.92).

Uma comunidade precisa ter flexibilidade e a tolerância. Ela tem que desenvolver um elo entre as diferenças de cada indivíduo de modo que se fortaleça e não permita que sua luta seja em vão.

Ela deve ser tão fácil de decompor como foi fácil de construir. Deve ser e permanecer flexível, nunca ultrapassando o nível “até nova ordem” e “enquanto for satisfatório”. Sua criação e desmantelamento devem ser determinados pelas escolhas feitas pelos que as compõem – por suas decisões de firmar ou retirar seu compromisso. Em nenhum caso deve o compromisso, uma vez declarado, ser irrevogável: o vínculo constituído pelas escolhas jamais deve prejudicar, e muito menos impedir, e muito menos impedir, escolhas adicionais e diferentes (BAUMAN, 2003, p.62).

Além disso, o indivíduo que vive em comunidade deve possuir o sentimento de pertencimento daquela história que está em construção. Os acontecimentos precisam ser compartilhados e todos devem estar conscientes dos problemas, preocupações, angústias, medos, tarefas obrigatórias e da grande responsabilidade que possui na luta pelo sonho coletivo.

Para ampliação e desenvolvimento de uma comunidade, seus membros devem se preocupar com a organização das “articulações internas e externas a nível individual, grupal e institucional” para que se chegue “a formas concretas de enfrentamento da realidade” (SOUZA, 1999, p.93-94). Através desse compartilhamento e união, os integrantes podem estabelecer empatia uns com os outros; entendendo que todos possuem suas limitações e seus pontos fortes e transformando cada um desses em ferramentas para conquistar o objetivo

final. Além de compreender o que é estar naquele lugar e o que é ser parte de uma comunidade.

Dentro da ocupação Paulo Freire percebe-se que o sentimento de resistência é coletivo. Pode-se imaginar que eles fariam tudo para conseguir o terreno próprio, mesmo que isso signifique confrontar a polícia ou passar fome.

A comunidade Paulo Freire possui um grupo de líderes (alguns mais e outros menos atuantes) que busca harmonizar as demandas de cada morador. Para tanto, são feitas três reuniões semanais de liderança e duas assembleias com todos para fazer repasses, discutir problemas e debater possíveis soluções. Eles possuem também a coordenação e o apoio do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que atua em todo Brasil com o objetivo de “lutar pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente”⁴.

Apesar das tentativas de fazer valer um regimento interno (proposto pelo MLB) que regulamenta todos os caminhos que devem ser respeitados, alguns moradores acabam infringindo regras e dividindo a comunidade. Este é o caso de alguns membros que construíram banheiros e fossas em seus terrenos, mesmo com a proibição temporária de fazê-los. Todos deveriam usar os banheiros comunitários, porque eles ainda não possuem rede de esgoto e a fossa pode danificar o terreno e prejudicar a estrutura do solo.

Apesar de buscar conceituações, a tentativa aqui não é definir ou restringir o que seria de fato a ocupação Paulo Freire. Pelo contrário, o que se pretende é apresentar um fragmento da história dessa ocupação e com isso desmascarar as contradições e preconceitos em relação à luta pela moradia. E, mais do que isso, buscamos evidenciar como os próprios moradores se definem (afinal, quem somos nós?).

⁴ Texto extraído do site <<http://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

3. Direito à moradia

Em 1948, a Declaração Universal Dos Direitos Humanos ratificou a obrigação dos Estados de promover e proteger o direito à moradia digna como pressuposto à dignidade humana.

Já o Artigo 2º da Constituição Federal de 1988 afirma que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão os seguintes quesitos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

E no Artigo 6º, dos direitos e garantias fundamentais, está escrito; “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A Constituição deixa muito claro o direito à moradia digna e o compromisso do Estado nesse processo. Porém, apesar de se constituir um direito básico e fundamental que deve ser resguardado pelo governo, a moradia ainda é negada a muitas de pessoas. Segundo a ONU, “mais de um bilhão de pessoas não estão adequadamente instaladas. Milhões de pessoas ao redor do mundo vivem em péssimas condições de vida e saúde, em favelas superpovoadas e assentamentos informais, ou em outras condições que não respeitem os seus direitos humanos e sua dignidade” (2009).

Garantir esse direito é um desafio para as nações, principalmente porque a moradia não envolve apenas uma estrutura física entre quatro paredes e um teto. Na cartilha da ONU “O direito a uma moradia adequada” (2009), encontra-se a definição e os aspectos fundamentais desse processo que deve envolver segurança, acessibilidade, adequação cultural, habitabilidade, disponibilidade de serviços, materiais e infraestrutura, entre outros. Além disso, o documento das Nações Unidas ainda afirma que esse direito não exige que o governo construa casa para toda a população. O papel dele, no entanto, é efetivar medidas necessárias para evitar a falta de moradia, proibindo despejos forçados, lutando contra a discriminação, garantindo a segurança da propriedade e focando em grupos mais vulneráveis e marginalizados, buscando sempre ser um facilitador da moradia adequada e não necessariamente o provedor.

Mesmo com essa responsabilidade, basta conhecer as grandes capitais do Brasil para perceber que faltam ações efetivas do Estado para a garantia de moradia digna. Em contraponto, ocupações urbanas espalhadas pelo país procuram assegurar esse direito de outras formas, enfrentando o governo e a sociedade.

4. Fazendo um documentário

Documentar é abrir uma janela para a representação de histórias do mundo. Fazer um documentário é apresentar uma perspectiva histórica, social e cultural sobre um lugar, uma pessoa ou um grupo através do audiovisual. Para Bill Nichols, “todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela” (2005, p.26). O autor separa os filmes em duas categorias: “(1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social” (Ibid.). Ficamos aqui com a segunda definição, pois se encaixa no conceito em análise.

O documentário é um dispositivo que nasce da inquietação do documentarista. A partir da sua percepção de mundo, ele procura dar sentido àquilo que encontra durante o seu percurso. O papel do documentarista, portanto, é montar e editar uma realidade visual e auditiva para defender um ponto de vista de determinado recorte da vida.

Os documentaristas podem representar o mundo da mesma forma que um advogado representa os interesses de um cliente: colocam diante de nós a defesa de um determinado ponto de vista ou uma determinada interpretação das provas. Nesse sentido, os documentários não defendem simplesmente os outros, representando-os de maneira que eles próprios não poderiam; os documentários intervêm mais ativamente, afirmam qual a natureza de um assunto, para conquistar consentimento ou influenciar opiniões (NICHOLS, 2005, p.30).

O documentário também busca uma transformação na opinião de quem assiste. Com ele, o público conhece uma visão de mundo, familiar ou desconhecida, e, a partir disso, pode construir a sua própria posição sobre o assunto. Isso acontece porque esse tipo de filme apresenta fatos e dados sobre determinada realidade, subsidiando a fundamentação de novos pontos de vista e proporcionando visões de mundo.

Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta [...]. Esses filmes transmitem verdades, se assim quisermos. Precisamos avaliar suas reivindicações e afirmações, seus pontos de vista e argumentos relativos ao mundo como o conhecemos, e decidir se merecem que acreditemos neles. Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos (NICHOLS, 2005, p.26-27).

4.1 Etapas

Um documentário começa bem antes do seu processo de filmagem. O primeiro passo é encontrar um tema com potencial de suscitar reações e curiosidade no público. O assunto a ser tratado pode ser diferente ou até mesmo comum, mas, para a produção de um bom documentário, o cineasta precisa procurar uma abordagem que seja sensível e impactante. “Uma história pode começar de uma ideia, de uma hipótese ou de séries de questões. Seu foco se intensifica no decorrer do processo de rodagem, até que o filme acabado passa a ter um início intrigante, um meio inesperado e um final convincente” (BERNARD, 2008, p.3).

Com um bom tema em mãos, é hora de encontrar uma boa história para contar. Para isso, é necessário pesquisar a fundo sobre determinado espaço, personagem ou acontecimento, buscando sempre o melhor gancho para a abordagem fílmica. De acordo com Sérgio Puccini,

o documentarista deverá ler tudo aquilo que for possível, dentro dos limites do tempo disponível para a produção, referente ao assunto escolhido [...] fazer pré-entrevistas com todas as pessoas que possam estar envolvidas com o tema; além de visitar os locais de filmagem para se familiarizar com o espaço físico e as pessoas que os habitam (2009, p.32).

Na opinião de Bernard, “uma boa pesquisa é uma sequência de perguntas, respostas e mais perguntas” (2008, p.116). Portanto, o documentarista deve procurar tudo que puder e perguntar tudo o que for necessário para compreender sobre o quê exatamente ele vai filmar. “A boa narrativa em documentário, com raras exceções, depende de uma boa pesquisa. É preciso encontrar um tema, entender sua história e ter certeza de que se está apresentando um ponto de vista equilibrado e preciso” (Ibid.).

Uma boa estratégia para aprofundar no assunto pode ser a pré-entrevista. Ela pode dar boas pistas dos melhores caminhos a percorrer durante a produção do filme.

Pré-entrevistas marcam o primeiro contato entre documentarista, ou sua equipe de pesquisadores e os possíveis participantes do documentário. São úteis tanto para fornecer informações, ou aprofundar outras já coletadas, quanto para servir de teste para avaliar os depoentes como possíveis personagens do filme no que tange ao comportamento de cada um diante da câmera (PUCCINI, 2009, p.33).

Depois de juntar o maior número de informações possível sobre o tema, é hora de planejar a execução do produto. Equipe, personagens, entrevistas, recursos financeiros e

técnicos, estilo, estética e roteiro do filme; todos esses aspectos devem ser levados em consideração nessa parte da pré-produção. Aqui também pode ser o momento de conhecer o ambiente/lugar onde ocorrerão as filmagens. Pensar em todas as possibilidades de ângulos, planos, cenas, sequências fica mais fácil quando se conhece a locação.

É preciso pensar que documentários “devem ser mais do que um passatempo para o espectador; devem demandar seu engajamento ativo, desafiá-lo a pensar sobre o que sabe, como sabe e sobre o que mais pode querer saber” (BERNARD, 2008, p.4). Com isso, o cineasta deve avaliar todas as possibilidades de produção e gravação, sempre levando em conta o que se espera como resultado e como reação do público.

Uma das partes mais importantes da pré-produção é o roteiro. Nele, o documentarista pode traçar o caminho do filme e já delimitar (ou imaginar) personagens, planos, abordagem das entrevistas e capítulos do filme.

Como consequência, o trabalho de roteirização para um filme documentário deixa de ser guiado exclusivamente pela escrita de cenas dramáticas, podendo incluir descrição, mais ou menos detalhada de sequência de arquivo, situações de entrevista, sequências de imagens de cobertura, animações gráficas, entre outras variáveis. Em muitos casos, o trabalho de roteirização, feito ainda na pré-produção do filme, vai se contentar em estabelecer uma estrutura básica que servirá como mapa de orientação para o documentarista durante as filmagens, com maleabilidade suficiente para que possa ser alterado no decorrer da produção, em razão de possíveis imprevistos” (PUCCINI, 2009, p.24).

Porém, o documentarista não deve se acorrentar ao pré-roteiro. As ações que se desenrolam durante as gravações podem surpreendê-lo e fazer com que a narrativa mude completamente. “Filmar com a história em mente significa estar preparado para ter todos os visuais de que se necessita para contar a história que se pensa querer contar e estar preparado para as surpresas que provavelmente farão um bom documentário ainda melhor.” (BERNARD, 2008, p.181). Ou seja, o cineasta deve estar atento aos acontecimentos que não foram previamente identificados, se mantendo aberto às novas possibilidades de configuração do filme.

Dependendo do tema do documentário o roteiro também pode ser inviável. Por exemplo, se alguém resolve filmar uma manifestação política que começou naquele mesmo dia. Nesse caso, o máximo que o documentarista pode fazer é procurar entender como aquele ato foi criado, supondo o que pode encontrar. “Na etapa da pré-produção, a impossibilidade

da escrita de um roteiro fechado, detalhado cena a cena, para filmes documentários ocorre em virtude do assunto ou da forma de tratamento escolhida para a sua abordagem” (PUCCINI, 2009, p.25).

Depois de planejar todos os passos, é o momento de estabelecer um contato mais próximo com as fontes e marcar as entrevistas, sempre pensando no melhor lugar para gravar cada personagem. “Mapear e fazer um cuidadoso estudo das locações pode ser útil para prevenir possíveis imprevistos ou problemas técnicos relacionados à iluminação e captação de som, além de fazer com que o documentarista se familiarize com o universo abordado” (PUCCINI, 2009, p.34). No mais, conhecer melhor o espaço de gravação também é importante para definir os melhores ângulos, planos, enquadramentos e, se possível, conseguir compor tudo isso com a própria história da fonte.

Nas entrevistas, cada documentarista tem uma forma de chegar ao assunto principal. Alguns vão direto ao ponto, outros procuram deixar a fonte bem confortável antes do ápice da conversa. Qualquer que seja a tratativa utilizada durante a entrevista, é sempre necessário estabelecer uma relação de respeito e confiança com a fonte. Ela precisa sentir que pode contar a sua história, sem julgamentos ou preconceitos. Afinal, são duas pessoas estabelecendo um tipo de troca. Enquanto uma oferece as suas experiências, a outra se propõe a observar e narrar aquela história.

Ao filmar, o pesquisador está inteiramente presente atrás da câmera. É um homem total que observa outros homens. Estamos então diante de uma cooperação onde cada um se entrega totalmente com sua inteligência, seu saber, sua paixão. Além do mais, o cineasta obteve o acordo das pessoas filmadas e se inseriu junto a elas. Familiarizou-se com seu meio ambiente, seu modo de vida, sua forma de pensar. Respeita suas crenças, compreende suas preocupações, partilha alguns momentos de suas vidas; não é um observador neutro que não se envolveria em sua observação e olharia os outros homens como se pesquisasse insetos (FREIRE; LORDOU, 2009, p.35).

É bom ressaltar que não se trata de um filme ficcional; portanto, as ações não são inventadas. É preciso deixar que as coisas aconteçam da forma mais natural possível.

Ocorre que os documentaristas trabalham com fatos, não com ficção, não somos livres para inventar pontos de trama ou arcos de personagem e, em vez disso, temos de encontrá-los no material bruto da vida real. Nossas histórias dependem não da invenção criativa, e sim do arranjo criativo, e nossa narrativa deve ser feita sem o sacrifício da integridade jornalística. A tarefa não é fácil (BERNARD, 2009,p.2).

Como a fonte não é um ator de um filme de ficção, na maioria das vezes, ela não tem intimidade (ou sequer gosta) de estar diante das câmeras. A gravação pode intimidá-la e tornar a entrevista um momento tenso. “A simples presença da câmera modifica a ação dos pesquisados, fazendo surgir alguns elementos e aspectos que, sem ela, não apareceriam. Cada gravação cria uma situação emocional singular” (FREIRE; LORDOU, 2009, p.42). Isso quer dizer que cada entrevista traz consigo um desafio diferente que precisa ser tratado com cautela e atenção.

Em paralelo, é necessário pensar nas imagens de cobertura, de ação dos entrevistados, do espaço, enfim, de composição da história. No geral, a pesquisa inicial e as entrevistas dão pistas do que é necessário gravar para completar a narrativa. “É importante que a filmagem seja feita de um modo que torne a edição possível. É preciso que haja cobertura suficiente para lhe dar opções e para que a cena funcione” (BERNARD, 2009, p.185).

Depois de coletar todas as entrevistas e ações necessárias, chega a hora de iniciar o processo de pré-edição. Em geral, o diretor assiste, analisa e começa a cortar cada filmagem. São horas (de entrevistas) que precisam virar minutos. Sérgio Puccini aconselha: “eliminam-se, de saída, todos os planos que apresentam problemas técnicos, bem como aqueles que não têm nenhum interesse para o filme. Essa primeira seleção facilitará o trabalho seguinte, que é o da transcrição das entrevistas e decupagem das sequências de ação” (2009, p.102).

Depois desse corte bruto, é possível ter uma ideia real do material disponível. Então, o documentarista faz um relatório do material (decupagem) que deve ser usado para facilitar o encaixe de cenas e de falas de entrevistados, servindo como base para o roteiro da edição. Segundo Sérgio Puccini, “o roteiro de edição será resultado de uma leitura atenta das imagens e dos sons contidos no material bruto. Esse roteiro poderá ou não seguir a estrutura proposta pelo tratamento escrito na fase de pré-produção, texto que serviu como mapa para orientar as filmagens” (2009, p.101). Mais ou menos detalhado, o roteiro precisa conter um plano de estruturação final do filme, indicando capítulos, sub-temas e materiais de arquivo.

Com o roteiro final, o cineasta já pode partir para a edição. “À medida que a edição progride, você trabalha para ter um corte bruto. Esse é um rascunho de seu filme que será significativamente mais longo do que a versão final. Mas a sua história geral e a estrutura dela já estão no lugar, e você tem alguns, se não todos, os elementos na mão” (BERNARD, 2009, p.199).

Geralmente, o tempo de duração de um documentário é bem menor do que de um filme de ficção. Por isso, é preciso tomar cuidado com os cortes. “No ímpeto de cortar um filme com olhos cravados no tempo, para ter tudo ajustado e sem arestas, acaba-se lançando entrevistas ou cenas no esquecimento” (BERNARD, 2009, p.215).

A edição é um processo de lapidação e requer paciência para a construção de uma narrativa coerente, criativa e interessante. Como um livro, o documentário precisa ter um começo, meio e fim interligados e que façam sentido entre si. “Esse material de filmagem terá obrigatoriamente de se encaixar em uma estrutura discursiva, com começo, meio e fim, se for a intenção do realizador transformar o material em filme” (PUCCINI, 2009, p.94). O que Sérgio Puccini quer dizer é que a edição depende muito do que você possui de material. Não adianta ter uma boa ideia de construção da narrativa, se você não possui entrevistas ou cenas que se encaixam. Além disso, a forma como iniciar e terminar um filme faz toda a diferença.

Tão importante quanto saber como iniciar um filme é saber como terminá-lo, definir em qual momento ele já passou todo o conteúdo informativo necessário para a compreensão do assunto e da abordagem do diretor, com a preocupação de não se tornar arrastado, cansativo, com excesso de informações desnecessárias e redundantes (PUCCINI, 2009, p.105).

Durante todo o processo de construção do filme é preciso ter em mente que aquilo é um ato de contar histórias de pessoas para pessoas e narradas por outras pessoas.

Para cada documentário há pelo menos três histórias que se entrelaçam: a do cineasta, a do filme e a do público. De formas diferentes, todas essas histórias são parte daquilo a que assistimos quando perguntamos de que trata certo filme. Isso quer dizer que, quando assistimos a um filme, tomamos consciências de que ele provém de algum lugar e de alguém (NICHOLS, 2005, p. 93).

Apesar do grande avanço tecnológico das últimas décadas ter impulsionado e facilitado a produção de filmes, contar histórias através de uma câmera não é uma tarefa fácil. O documentarista põe à prova uma visão de mundo e espera uma resposta (uma reação do público) em troca. Para Bill Nichols, o próprio documentário já é em si um tipo de resposta. “Os documentários reúnem provas e, em seguida, utilizam-nas para construir sua própria perspectiva ou argumento sobre o mundo, sua própria resposta poética ou retórica para o mundo” (2005, p.68). No final, o que move um cineasta é o impulso de poder contar ao mundo boas histórias.

5. Processo de produção

Este trabalho surgiu da percepção e, principalmente, da curiosidade sobre como seria viver em uma ocupação. Questionar e entender as histórias de vida de quem mora nesses espaços se tornou o nosso objetivo, embora, logo no início, ainda não tivéssemos condições de traçar o passo a passo desta produção.

O levantamento de dados foi o primeiro passo para a consolidação da proposta deste filme. Saber qual ocupação poderia se tornar nosso objeto de estudo era a primeira preocupação. A localização, a disposição dos moradores e o tempo de surgimento de algumas ocupações de Belo Horizonte e região metropolitana foram os pontos avaliados no primeiro momento.

Filmar com a história em mente significa estar preparado para ter todos os visuais de que se necessita para contar a história que se pensa querer contar e estar preparado para as surpresas que provavelmente farão um bom documentário ainda melhor (BERNARD, 2008, p.181).

Pensando nessa preparação, buscamos reportagens, vídeos disponíveis no YouTube e até postagens em redes sociais relacionadas às ocupações de BH. Essas informações nos ajudaram a escolher a ocupação Paulo Freire como o centro das filmagens; primeiro por ser uma comunidade recente, fundada em maio de 2015, o que facilita o diálogo com as lideranças e o recorte das histórias; e também por estar localizada em um lugar de fácil acesso para os dois integrantes do projeto.

5.1 Estrutura do documentário

Sérgio Puccini (2009) afirma que, dependendo do tema e da abordagem do filme, muitas vezes é impossível fechar um roteiro detalhado. Antes das primeiras visitas, apenas imaginávamos como seriam as entrevistas e uma possível abordagem fílmica.

Com a ajuda do professor orientador, conseguimos estabelecer estratégias e uma sugestão de estrutura para o documentário. Desde o começo optamos pelo foco em depoimentos que trouxessem detalhes sobre o dia a dia, a organização e a criação da ocupação. Afinal, “Quem são eles?”, foi a pergunta norteadora das nossas reuniões de

planejamento, fundamental para pensarmos, com sensibilidade, como retratar aqueles que se tornariam nossos parceiros de produção.

Outro ponto levantado foi a busca por uma montagem com características estéticas que remeteriam à simplicidade, sem o uso de sofisticados efeitos de transição ou de variação rítmica para que a história dos entrevistados seja mais forte do que qualquer outra interferência.

A contribuição dos moradores ao longo da concepção do filme também foi uma ideia levantada desde o início. O objetivo era que os moradores fossem mais que personagens, mas, também, colaboradores da produção; algo que nos parecia pertinente para um filme que deveria trazer a essência deles. Naquele momento, existia uma vontade de selecionar moradores para nos ajudar com o uso dos equipamentos, a mediação das entrevistas, e, posteriormente, aconselhar-nos no processo de edição. Montaríamos um grupo focal para o diálogo e constituição do planejamento da obra. A proposta era que as primeiras visitas fossem uma espécie de seleção dos colaboradores.

Contudo, estávamos lidando com o imprevisto. Para envolver os moradores, fizemos um resumo sobre o que é um documentário (processo e conceito) e como fazer entrevistas. Também explicamos o que estávamos fazendo ali e os convidamos para fazer parte da produção. Porém, talvez pelo estranhamento com a linguagem audiovisual e até mesmo por timidez ou falta de disponibilidade, não conseguimos envolvê-los no projeto como gostaríamos. De toda forma, alguns nos acompanharam durante as entrevistas e ajudaram oferecendo suporte técnico (gravando algumas imagens e auxiliando na captação de som direto). Eles muitas vezes também eram os nossos guias na ocupação, mostrando onde cada personagem morava e até mesmo indicando se estavam em casa ou não. Sempre curiosos, os poucos que nos acompanhavam ficavam atentos às entrevistas e, nos bastidores, completavam algumas daquelas histórias.

Entre as contribuições dos moradores, encontramos uma imagem feita por um deles no filme. A gravação do amanhecer na comunidade (do início do documentário) foi feita a partir de um pedido nosso, já que era inviável a nós acompanhar esse momento no local. Também fizemos outras solicitações de imagens para outros moradores, como forma de aproximá-los da produção; porém, não conseguimos o envolvimento dos demais.

Com relação às filmagens, optamos por usar somente luz natural, já que se tratava de um ambiente muito rico imagetivamente e que dizia muito sobre aquelas pessoas. A luz

artificial, nesse caso, poderia distorcer alguns elementos visuais, principalmente pensando nos cenários que escolhemos, buscando valorizar o ambiente cotidiano da ocupação.

Uma das nossas dificuldades na concepção do filme era pensar como seriam as transições entre os capítulos. Para isso, resolvemos usar imagens de cobertura que tivessem, de certa forma, relação com a mudança temática; algo que levasse o público a imaginar, subjetivamente, qual seria o próximo assunto. Lembrando que todas as imagens do documentário foram feitas dentro da própria ocupação.

5.2 A edição

Documentários costumam nascer após um longo e delicado processo de edição. “Quem são eles?” foi concebido depois de inúmeros cortes do material bruto (que totalizava mais de 10 horas de gravação) entre entrevistas, imagens de cobertura e fotografias de arquivo. Foi nesta etapa da produção que, de fato, surgiu a estrutura do roteiro final.

Depois da análise das filmagens e de algumas reuniões de orientação, resolvemos dividir o filme em subtemas. Depois dos cortes, reduzimos o material para duas horas. A partir deste processo, conseguimos fazer a separação e a descrição das imagens (decupagem) para facilitar o agrupamento das gravações dentro dos temas estabelecidos.

Entre os temas, o amanhecer, a satisfação dos nossos entrevistados em fazer parte da ocupação Paulo Freire, a motivação por trás da decisão de ocupar aquele terreno, a indignação com o descaso do Estado, as histórias de vida, a indiferença entre alguns moradores e, ao mesmo tempo, a união em volta da luta pelo direito à moradia.

Com os novos cortes e a separação das imagens, continuamos refletindo sobre o propósito e o significado que aquele filme deveria carregar. A primeira versão, ainda incipiente, tinha 50 minutos, o dobro do tempo que imaginávamos atingir no início da produção. A maior dificuldade aqui foi reduzir o conteúdo do vídeo, sem perder a sua essência e tantas informações significativas para o contexto.

Para Bernard (2008) “costuma ser melhor proporcionar menos informações ou um menor número de cenas do que incluir tudo, apresentando tudo de maneira abreviada”. Seguindo essa sugestão, resolvemos cortar algumas imagens para que outras tivessem um peso mais forte e sensível ao tema.

A nova versão surgiu como mais uma tentativa de aprimoramento do material disponível. Após outras reuniões de orientação e observações sobre o processo, identificamos a necessidade de voltar à comunidade para realizar uma nova captação de imagens de cobertura. A proposta era buscar material visual para caracterizar o local e o dia a dia dos moradores, permitindo que o documentário ganhasse mais sensibilidade e apuro estético. Por fim, nesta versão também cuidamos dos detalhes de refino da edição (legendas, identificação dos personagens, créditos, transição entre imagens, correção de áudios).

Depois de outras duas versões, chegamos a um documentário com 38 minutos de duração, que foi finalizado no dia 6 de fevereiro.

Entre as nossas escolhas estéticas, utilizamos o corte seco como principal mecanismo de transição entre os planos para deixar que as entrevistas fluíssem, empregando um ritmo contínuo durante todo o filme.

Como ferramenta sonora, utilizamos sons diegéticos em algumas imagens de cobertura. Captados na própria ocupação, esses sons possuem a finalidade de completar a subjetividade contida nas transições entre os capítulos. Os demais áudios foram captados simultaneamente às imagens. Apenas no final do filme utilizamos uma canção para suavizar a entrada dos créditos e a conclusão do documentário. Decidimos não utilizar trilhas musicais durante o filme para não corrermos o risco de empregar algum tipo de opinião nossa no trecho ou até mesmo para não perder a objetividade das entrevistas.

Além dessas ferramentas, também utilizamos os letters como um recurso para complementar a fala dos entrevistados. Eles servem como uma legenda explicativa sobre o assunto abordado pelo personagem naquele momento e ajudam a dispensar falas confusas ou muito longas.

5.3 Conversas e histórias

A ocupação Paulo Freire surgiu em maio de 2015 e está localizada no Bairro Jatobá, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. O terreno ocupado, de acordo com moradores, foi doado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) a uma empresa de ônibus. Essa empresa deveria, conforme o acordo com a PBH, ter feito uma nova sede no local, oferecendo mais empregos na região. Porém, até 2015 este acordo não havia sido cumprido pela iniciativa

privada. Hoje o local é o lar de mais de 150 famílias que esperam pela regulamentação dos terrenos divididos entre os moradores.

A ocupação é formada por quatro ruas cortadas por outras três transversais. Não há pavimentação e esgoto. As redes de água e energia elétrica foram “puxadas” da rua, ou seja, são irregulares. Algumas casas já possuem banheiro, embora a recomendação dos líderes comunitários seja a de não utilizar chuveiros e sanitários, porque a fiação elétrica é fraca e não suporta muita carga e o terreno não é apropriado para a construção de fossas sépticas.

No dia 10 de julho de 2016, em meio à terra solta, por onde crianças brincam todo o tempo, animais fazem suas necessidades e muitos moradores ainda passam com seus carrinhos com materiais para construção, realizamos a primeira visita. Foi a líder comunitária Ana Cristina que nos mostrou um pouco das instalações. Antes, para conseguirmos o contato dela, conversamos com a militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Cristina Guimarães.

Sobre a descoberta do terreno, os moradores contam que uma equipe de advogados do MLB analisou todas as condições legais da área antes que ela fosse ocupada. Descobriram que a empresa de ônibus não apenas deixou de investir no terreno, como o vendeu para um terceiro que, por sua vez, fez o mesmo e assim sucessivamente até chegar num quinto comprador. No entendimento do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), organização responsável pela Paulo Freire, aquela seria uma área passível de ocupação por causa dessas irregularidades.

Enquanto fazem esses estudos jurídicos de lotes, o MLB cria núcleos de preparação política e psicológica. Através desses grupos, eles convidam novos integrantes, organizam fichas de cadastro, estudam o histórico de cada pessoa (investigam se ela realmente precisa de moradia) e ainda explicam como funciona o movimento, os riscos de ocupar e como deve acontecer o dia de entrar no terreno.

Tudo organizado, o grupo se articulou para ocupar. Em uma única madrugada (31 de maio de 2015), em silêncio, famílias e apoiadores entraram no terreno e começaram a armar as barracas de lona (depois de capinar e limpar tudo). A cozinha comunitária e a creche foram os primeiros pontos a ficar de pé. Depois, as outras moradias feitas de lona ganharam forma sob as luzes de lanternas e os murmúrios dos ocupantes que não podiam acordar os novos vizinhos. Ao amanhecer, tudo já estava pronto. A polícia chegou para tentar intervir, mas a

articulação dos moradores foi o bastante para afirmar que já estavam ali há vários dias e que eles (os policiais) não poderiam retirá-los de lá.

Três meses. É o tempo mínimo necessário para deixar a casa de lona e construir uma base mais sólida de “madeirite”. Depois de outros três meses, o morador ganha o direito de construir uma casa de alvenaria. A regra serve, antes de tudo, para resguardar os próprios ocupantes do que pode acontecer. No começo, os primeiros seis meses são os mais delicados e tensos; a qualquer momento eles podem entrar em conflito com a PM e serem despejados do terreno. Além disso, esta é uma forma de provar o merecimento e a plena necessidade de permanecer na ocupação, evitando que oportunistas se juntem ao grupo para conseguir um pedaço de terra.

As regras da comunidade (todas documentadas no estatuto) devem ser seguidas por todos e alguns deslizes não são perdoados. Se algum homem bate em alguma mulher, por exemplo, ele é automaticamente expulso da ocupação. Mas, se a mulher aceita-lo de volta, o casal é que deve deixar a comunidade. O uso e venda de drogas também são expressamente proibidos dentro do perímetro da Paulo Freire.

A vida em comunidade não é fácil e requer planejamento. O projeto da horta das mulheres (intitulado “Semeando esperança”), por exemplo, é mais um sonho do que uma realidade. A proposta é usar o espaço, localizado no canteiro da rua mais alta e mais próxima da saída da ocupação, para plantar verduras e legumes suficientes para venda e alimentação própria das integrantes. As primeiras mudas já foram plantadas em pequenos potes guardados na casa de uma das participantes do projeto, mas o terreno da horta ainda está cheio de mato.

Semanalmente, os coordenadores da Paulo Freire se reúnem para discutir problemas e tomar decisões importantes para o futuro de todas as famílias. Hoje, já são várias casas feitas com tijolos e cimento. Poucos ainda continuam sem condições para construir e vivem sob lonas e compensados de madeira. As ruas tomaram forma e os pequenos lotes estão todos separados pela planta desenvolvida pelo engenheiro militante do MLB.

As construções seguem, praticamente, a mesma forma estética. São compostas de dois ou três cômodos, às vezes com um banheiro, quase todas sem acabamento, pisos, ou reboco. A entrada dos imóveis são todos de terra batida e com solo irregular. Por dentro, algumas não possuem nem mesmo eletrodomésticos básicos, como geladeira e fogão. Quem pode, acaba ajudando os colegas que vivem nessas condições, fornecendo comida e guardando alimentos perecíveis.

No dia 20 de agosto de 2016, uma nova visita. Esta foi a primeira vez que conseguimos reunir um grupo com cerca de 10 moradores para falar sobre o nosso projeto. Era um sábado de sol intenso e nos concentramos ali mesmo, no meio da rua, em um círculo. Nas mãos, folhas para serem distribuídas aos moradores contendo, de forma simplificada, um roteiro de discussão sobre documentário e entrevistas. A partir disso, apresentamos o projeto e como seriam feitas as gravações: sempre nos fins de semana dos próximos dois meses, entrevistando quem mora na ocupação com o apoio deles (fazendo imagens dos bastidores ou ainda manuseando o microfone). A receptividade foi animadora, apesar dos moradores não terem contribuído tanto quanto desejávamos. Daquele momento em diante, seríamos conhecidos por todos como “o pessoal do filme”.

A primeira sessão de entrevistas foi realizada no dia 27 de agosto. Um microfone com monopé, duas filmadoras pequenas, cabos e um tripé. Todo este material ocupou nossas mãos e nos deu ainda mais coragem para os novos desafios. Dentro da ocupação, fomos recebidos por Ana Cristina mais uma vez, mas optamos por ainda não entrevistá-la. Então encontramos Maria César, 59 anos, risonha e com medo de não conseguir falar diante das câmeras, foi a nossa primeira entrevistada. Ao lado de sua casa e em frente ao imóvel do vizinho e amigo, ela aceitou conversar conosco. Extraímos suas histórias, seus olhares, seus sorrisos e sua confiança, já que nos próximos dias ela estaria nos acompanhando em quase todas as gravações.

Ainda naquele sábado, encontramos outra fonte. Wolquimar Ferreira, 52 anos, estava em sua casa quando nos concedeu uma entrevista. Ele é coordenador regional do MLB e explicou o passo a passo da criação de uma ocupação e como foram os primeiros dias naquele terreno. Esta segunda conversa nos ajudou a planejar alguns novos questionamentos que faríamos aos futuros entrevistados.

No próximo fim de semana, 4 de setembro, retornamos à ocupação. Naquele dia entrevistamos a Ana Cristina, 36 anos, uma das atuais coordenadoras da ocupação e peça fundamental para nos colocar em contato com os outros moradores. Ela explicou como se tornou parte da linha de frente da Paulo Freire, ocupando a posição de coordenadora de segurança da comunidade. Também conversamos sobre sua vida pessoal, os primeiros dias naquele lugar e sobre os dilemas que permeiam o dia a dia dos moradores. Ela deixou claro que a união faz a força, mas a indiferença que cresce lá dentro tem deixado tudo mais complicado.

Aquele domingo ainda nos rendeu mais uma entrevista com outro coordenador. Edney Cassiano, 37 anos, se mostrou um pouco cansado dos problemas da comunidade, mas disposto a ajudar sempre mais. Ele também nos auxiliou dando suporte técnico em várias entrevistas. Seu relato levantou questionamentos às ações do Governo para os brasileiros sem moradia e ainda o alto preço dos aluguéis. Durante quase uma hora nos reunimos ao lado do lavatório comunitário e escutamos, também, os sonhos do nosso entrevistado. Imaginar a ocupação Paulo Freire legalizada e a sua casa finalizada enche os olhos de Edney de esperança.

Um novo fim de semana, o mais intenso de todos eles. Sábado, dia 10 de setembro, às nove da manhã, iniciamos as filmagens. Este foi um dos dias mais produtivos desta etapa. Conseguimos três novos entrevistados. A primeira foi Sirlane Oliveira, 36 anos, que mora em dois cômodos com seus sete filhos e o marido. Vivendo do salário dele como garçom e de um auxílio do programa Bolsa Família, fez um relato sobre as dificuldades dos tempos em que morava de aluguel e, agora, sobre a satisfação em poder atender alguns pedidos básicos dos filhos (como a compra de roupas, calçados e algumas guloseimas) - já que não precisa mais gastar com o aluguel.

Depois, conversamos com Luiz dos Santos, 33 anos, conhecido pela boa vontade em ajudar os vizinhos. Morando em dois cômodos pequenos, feitos de madeira compensada, ele trabalha para nivelar o pedaço de terra que ganhou. Ali, na escada de madeira construída para dar acesso ao seu barraco, descobrimos que ele tem uma família que mora em outro lugar, mas, como ainda não tem as condições financeiras e estruturais necessárias, não pode trazê-los para a Paulo Freire. Sem móveis e eletrodomésticos básicos para o funcionamento de uma casa, nosso entrevistado falou de luta, perseverança e união entre os moradores para conseguirem conquistar o reconhecimento das autoridades. No dia a dia, Luiz ajuda e é ajudado pelos amigos que oferecem e guardam comida para ele.

Por fim, o sábado de filmagens se encerrou depois de uma conversa com outra moradora e coordenadora. Flaviana Resende, 33 anos, sentou-se em um banco de madeira, em frente a sua casa, que ainda é feita de madeira compensada. Ali, com frases curtas no começo, fomos ganhando sua confiança para falar sobre o dia a dia na comunidade. Seu depoimento baseou-se em suas atribuições como gestora da ocupação, sobre seu filho de 12 anos que agora mora com o pai em outra cidade e sobre os problemas da Paulo Freire, com foco no

individualismo de alguns moradores. Ao final, visitando a sua casa, conhecemos um pouco dos seus sonhos para a construção de alvenaria que pretende fazer em breve.

No dia seguinte, 11 de setembro de 2016, um domingo de muito sol, retornamos à Paulo Freire. Novamente, realizamos três entrevistas. A primeira foi com a moradora Bruna Paranhos, 31 anos, mãe de duas crianças, uma delas portadora de necessidades especiais de locomoção. Na porta de sua casa, que é grande, mas também é feita de madeira compensada, falamos sobre o processo de transição para a ocupação, as experiências de viver naquele lugar e os pontos positivos e negativos de ter deixado o aluguel. Bruna também relatou situações de preconceito que já enfrentou no trabalho como cuidadora de idosos e descreveu como é para o filho, que usa próteses nas duas pernas e não tem os dois antebraços, estar ali. Apesar das dificuldades, a entrevistada diz que ela e a família são felizes e sonham em ver a casa feita de alvenaria.

No mesmo imóvel, vive o pai de Bruna, o Sr. Sebastião Filho, 71 anos, que depende de uma cadeira de rodas para se locomover. Um homem que adora pescar com os amigos e que ficou paraplégico depois de um acidente que sofreu na volta de uma tarde de pescaria. Sebastião é a figura que gosta de contar histórias para os vizinhos. Tem muita experiência para trocar e relata que aquele terreno, já foi, inclusive, um “bota-fora” (de pessoas e animais mortos). Tudo que Sebastião quer é terminar a sua casa para viver em paz.

As entrevistas do final de semana terminaram com o discurso emocionado de Sirlei Vieira, 44 anos. Dentro da sua casa, num pequeno quintal onde ela e o marido sonham transformar numa área gramada, seus relatos demonstraram fé em Deus e a garra que precisou ter para suportar os primeiros dias de ocupação e para continuar acreditando nos seus sonhos. Ela chorou enquanto falava das dificuldades, da falta de comida para as crianças e sobre o desespero em ter que ajudar as pessoas nos primeiros dias mesmo com tanta angústia e sofrimento atormentando-a.

5.4 Experiência pessoal

Ao longo desses meses de trabalho, tivemos a oportunidade de confirmar a nossa principal responsabilidade como jornalistas: dar voz aos marginalizados, gerando debate e reflexão.

Com os moradores da Ocupação Paulo Freire, percebemos que ainda temos muito o quê aprender e desenvolver como profissionais e seres humanos. Lá conseguimos enxergar o quanto podemos ser preconceituosos mesmo sem perceber. E descobrimos que só podemos nos despir desses tabus quando conhecemos as dores, as dificuldades e os sonhos das pessoas. E o nosso dever como profissionais é “jogar luz” a essas questões que pulsam na sociedade e que precisam ser divulgadas para que outras pessoas também possam refletir e se despir de seus preconceitos. Enfim, nesse documentário percebemos o quanto a informação pode ser libertadora quando gera debate, reflexão e mudança de postura.

Considerações finais

Depois de meses imersos nas histórias da ocupação Paulo Freire, sentimos que ela agora também faz parte de nós. Sempre nos lembraremos com carinho do almoço da Maria César (cotidianamente simpática e sorridente), da disposição e garra da Ana Cristina e dos muitos abraços que ganhamos das crianças espalhadas pela comunidade.

Através deste projeto, quebramos nossos próprios preconceitos e tivemos a oportunidade de conhecer várias pessoas e suas histórias de superação, esperança e determinação. Esperamos que a ação desse documentário não termine aqui, mas seja contínua. Nosso objetivo é que o público entre nessa história conosco e se surpreenda ao descobrir que “eles” podem ser qualquer um de nós (ontem, hoje ou amanhã).

Nesse processo, conseguimos perceber como o coletivo e o individual podem se fundir na vida real, para além das questões teóricas. Também sentimos as dificuldades de produzir um documentário. Aprendemos novas técnicas de filmagem e montagem, formas de abordagem de entrevistados e saímos com mais sensibilidade para enxergar novas histórias em pequenos detalhes.

Por fim, percebemos que esse documentário representa aquilo que temos como ideologia profissional: o objetivo de dar voz para aqueles que têm a dizer, mas não costumam ser ouvidos.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.

BERNARD, Sheila Curran. **Documentário: Técnicas para uma produção de alto impacto.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. **Direito a uma moradia adequada.** Estados Unidos da América, 2009. Folheto informativo 21.

FREIRE, Marcius; LORDOU, Philippe. **Descrever o visível: cinema e documentário e antropologia fílmica.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LOPES, J.R. **Exclusão social, privações e vulnerabilidade: uma análise dos novos condicionamentos sociais.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 2006.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão.** In: Psicologia & Sociedade. Vol.17, nº 2, Porto Alegre, Maio/Agosto. 2005.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** São Paulo: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: Editora Unespe; Brasília: Paralelo 15, 2006.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de Documentário: Da pré produção à pós produção.** Campinas: Papyrus, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6^o ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tadeu da (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.